

Qual o futuro das ciências humanas e sociais no Brasil?

Héverton Magno Missiatto¹,
Leandro Aparecido Fonseca Missiatto²



What is the future of humanities and social science in Brazil?

¹ Mestrando em Educação Profissional e Tecnológica em Rede – ProfEPT. Secretaria Estadual de Educação do Estado de Rondônia
E-mail: professorheverton@hotmail.com

² Doutorando em Psicologia Clínica pela Universidade do Vales dos Sinos. Docente de Psicologia da Faculdade Estácio de Pimenta Bueno. E-mail: leandro_afonseca@hotmail.com

Resumo

Este ensaio discute o futuro das ciências humanas e sociais no Brasil a partir de uma análise do seu passado e presente. Utiliza como sustentação teórico-metodológica o pensamento decolonial. Entendem que o longo passado colonial implicou na colonialidade do saber expressa no campo das ciências humanas e sociais que possuem sua gênese no Brasil em uma crise identitária demarcada pelo apego às teorias eurocêntricas e norte-cêntricas. O futuro consiste na ruptura com a colonialidade do saber nas ciências a partir da construção de uma ciência encarnada na realidade social das minorias. Para tanto, é preciso decolonizar as instituições, e os meios de difusão e legitimação do conhecimento científico.

Palavras-chave: Colonialidade do Saber; Decolonização do Saber; Ciências Humanas e Sociais.

Abstract

This essay discusses the future of humanities and social science in Brazil from an analysis of its past and present. It uses decolonial thinking as its theoretical-methodological support. The authors understand that the long colonial past has produced a coloniality of knowledge expressed in the field of human and social sciences that have their genesis in Brazil with its identity crisis marked by attachment to Eurocentric and North-centric theories. The future consists of a break with the coloniality of knowledge in the sciences based on the construction of a science embodied in the social reality of minorities. For that reason, it is necessary to decolonize institutions, and the means of disseminating and legitimizing scientific knowledge.

Keywords: Coloniality of Knowledge; Decolonization of Knowledge; Human and Social Sciences.

Introdução

O mundo avança em transformações num ritmo acelerado, fraturando convencimentos, derretendo ideias e transformando radicalmente os espaços intelectuais, sociais e geopolíticos. Uma corrente impetuosa de impermanências tem assolado nosso imaginário e a vida concreta da humanidade. As ciências biológicas e, principalmente, as tecnológicas têm estabelecido novas formas de comportamento humano, sendo para um número cada vez maior de pessoas um modo de ser.

Diante de todo esse cenário de profundas rupturas e reestruturas, compete aos estudiosos e estudiosas das humanidades pensar o que o futuro reserva para as ciências humanas e sociais no Brasil. Talvez mais do que isso, é preciso refletir como as pensadoras e pensadores das ciências humanas podem reinventar suas práticas em vista de respostas mais plausíveis a esse mundo em transformações. Nossas ações têm sido suficientes, contributivas? O que estamos fazendo enquanto cientistas das áreas humanas e sociais atende ao espírito do mundo em que estamos inseridos?

São muitas questões e todas de caráter imprescindível. Nesse contexto, o que propomos aqui é um espaço de desassossego intelectual, um pensar fenomenológico sobre nossas práticas, o que fazemos e o legado que estamos produzindo, a partir de uma base teórico-metodológica decolonial.

Ciências humanas e sociais no Brasil: reflexos de um passado colonial e um presente de colonialidade

Nenhuma voz razoável é capaz de reduzir a importância das ciências humanas e sociais no Brasil, mas nenhuma também pode desconsiderar que grande parte daquilo que faz tais ciências é fruto do pensamento filosófico e epistemológico do Norte-global. Nossa história científica começa por aí, por uma crise de identidade sem precedentes na história das ciências humanas e sociais. Descendemos do pensamento importado via Atlântico, de um olhar sobre a vida e os fenômenos sociais que na maior parte das vezes desconsiderava o impacto da colonização no desenvolvimento do mundo, bem como a importância do Sul-global para a formação daquilo que chamamos de modernidade. As ideias que sustentam boa parte do pensamento crítico das ciências humanas e sociais derivam de um mundo distante,

sendo para nós o outro lado da realidade, da qual pertencemos apenas no campo do conflito e da resistência.

Nesse sentido, a gênese das ciências humanas e sociais no Brasil aponta para a desconsideração orgânica e sistêmica de nossas questões fundamentais, tanto como para a produção de um estilo de pensar dependente do Norte-global, refletindo em últimas consequências a subordinação epistêmica e filosófica gerenciadas pela colonialidade do saber³. Contudo, a consciência dessa crise deflagrada desde o princípio das ciências no Brasil é recente. Até metade do século XX, éramos apenas o massivo discurso eurocêntrico que a tudo universalizava e hierarquizava, em que a ideia do pensamento periférico era acidamente diluída na metafísica dos discursos hegemônicos. O fato é que o abandono dessa questão fundamental – a identidade das ciências sociais e humanas no Brasil – implicou em uma história científica pautada em muitos desencontros entre academia e realidade com impactos diversos na estrutura das ciências, no modelo de intervenção e produção de conhecimentos que se tornaram típicos em nosso país.

Atreladas e restritas ao pensamento eurocêntrico, as ciências sociais se tornaram na América Latina um prolongamento da Europa, contudo sem nenhum enquadre favorável às realidades tropicais. A maior parte do que se fazia era uma espécie de estreitamento da visão do colonizador, ocultando ainda mais as realidades dos povos explorados, como foi o caso de Gilberto Freyre, que desconsiderou elementos marcantes da escravidão no Brasil contribuindo de modo decisivo para formação da noção de democracia racial, ou mesmo João Baptista de Lacerda, antropólogo e médico carioca, que defendeu avidamente a tese do embranquecimento da população brasileira no Congresso Universal das Raças, Londres, 1911, apoiando suas crenças na ideia eurocêntrica de supremacia da raça branca. Ou ainda o embranquecimento ao qual passou Machado de Assis, cuja negritude negada reflete um tipo ímpar de assaltado à intelectualidade negra do Brasil, na qual a ideia nuclear sugere que o pertencimento da literatura produzida por personalidades negras só estava passível de penetração no cânone literário, por meio da destituição da cor, nesse sentido, era a cor que definia a qualidade artística e não a escrita pura.

³ Colonialidade do saber é um termo cunhado por Aníbal Quijano que diz respeito ao poder epistêmico da Europa que, no sistema-mundo moderno, expressa a centralização da produção, difusão e legitimação de conhecimento. Ver: QUIJANO, Anibal. Colonialidad del poder, Eurocentrismo, America Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latino-americanas*. Caracas: Clacso, 2000. p. 201-245.

É certo, ainda, que as proposições coletivas das ciências sociais formuladas, por exemplo, por Émile Durkheim, Marcel Mauss e pelo próprio Karl Marx foram, durante muito tempo, bem compreendidas pelos/pelas cientistas humanos e sociais do Brasil enquanto marcos teóricos da realidade, mas não mais que isso. Em nosso país o que se viu, e em muitos lugares ainda se vê, foi a produção de uma ciência absolutamente estranha à vida dos marginalizados. Embora a academia científica muito produzisse, seus conteúdos com frequência se mostravam atrelados ao campo da razão e dos discursos de interesse quase que restritamente acadêmicos. Elementos dessa natureza residem em grande parte no fato de que as ciências humanas e sociais no Brasil nasceram com uma espécie de carência de autonomia e de convencimento de autoestima. O que as consumia era um complexo de inferioridade tipicamente colonial, que abalava a intelectualidade de muitos/muitas pensadores/pensadoras nacionais, fazendo vigorar um excêntrico apego ao pensamento eurocêntrico e norte-americano. Tais limites evidenciam em níveis mais nucleares as mazelas da razão crítica das ciências sociais e humanas brasileiras, já que a afeição excessiva aos núcleos teóricos, seja de onde for, avilta contra o próprio fundamento das ciências que consiste justamente na contestação dos pensamentos hegemônicos (ÁGOAS, 2017).

Exemplo disso foi o que houve com a sociologia brasileira que no final dos anos de 1957 Guerreiro Ramos denunciou como uma sociologia vaidosa, burguesa e alienada, que em muitos casos agiu de modo cooperativo com os mecanismos de poder e opressão, sem que necessariamente objetivasse a isso (RAMOS, 1957). A bem da verdade, a carência egoica das ciências brasileiras fez com que aspirasse durante muito tempo ser algo que não era, forjando a si mesma como arena para sujeitos de intelectualidade dicotomizada da vida nua e crua do país. O resultado disso é um frondoso conjunto de práticas que refletem o desejo dessa academia colonial em encontrar um lugar médio para as populações exploradas, todavia com pouca ou nenhuma vocação para discutir a sustentabilidade ou razoabilidade desse lugar. É o que apontam as críticas de Has Ulrich Gumbrech ao sôfrego interesse das ciências sociais em deslocar os pobres do lugar de miséria para a classe média, na ilusão de que esta seria a resposta mais sensata aos complexos problemas do nosso tempo. Reduzindo-se a questão da pobreza e desigualdades a uma ideologia frágil, em que o argumento reside unicamente ou quase que exclusivamente na compreensão e,

com sorte, na contestação da opressão, mas pouco ou quase nada determinada a pensar com intenso apelo de vida em outro mundo possível, novas estruturas, outros paradigmas, novas possibilidades (GUMBRECH, 2020).

Nesse sentido, o que durante muito tempo chamou-se de ciências sociais e humanas no Brasil é o triste retrato de uma academia colonizada, carente de afetos e identidade nacional e latino-americana, mascarada por muitas lógicas obsoletas que escodem a ingenuidade da elite acadêmica. As ciências humanas e sociais foram, e lamentavelmente ainda são pouco humanizadas. Os discursos eruditos articulados e desenvolvidos na esteira do saber acadêmico brasileiro escondem a força da opressão, do sectarismo e da hegemonia das nossas ciências. Falamos aqui do lado oculto do saber, daquilo que não se mostra, que esgueira ao olhar e se coloca nos subterrâneos dos territórios do conhecimento. Das forças invisíveis que fizeram com que pensadoras e pensadores nacionais, como Lélia Gonzalez, Guerreiro Ramos, Clóvis Moura, Carolina Maria de Jesus, Joaquim Pinto de Oliveira (Tebas), Esperança Garcia e Luiz Costa Lima, fossem tardiamente recuperados e pouco difundidos na linhagem filosófica e artística nacional, sendo desconsiderados como ilustres intelectuais quando na verdade pertencem à linhagem mais genuína de pensadores e pensadoras do país. Os demais e as demais, que ocupam o grande cenário acadêmico são, em sua maioria, excelentes docentes de história da filosofia e do pensamento mundial. E como bons docentes do pensamento alheio residem no centro das teorias – pouco as contestam, as tensionam, as transgridem. O mundo precisa de pessoas assim, mas hoje isso por si só não é o suficiente para superação dos dilemas que enfrentamos. O mundo exige das ciências humanas e sociais pensamentos e ações de fronteira, que as/os cientistas habitem as bordas da realidade, que dialoguem com o mistério, com o inaudito, com o velado, com os sentidos entranhados na carne do mundo e da sociedade que ainda não foram enunciados.

Para isso, faz-se necessário decolonizar o pensamento acadêmico, as academias brasileiras e seus tradicionais espaços de tráfego de conhecimentos. É preciso uma fenomenologia do saber brasileiro, algo radical, uma revolução epistemológica, filosófica e, sobretudo, estrutural (ALCOFF, 2016). Nesse sentido, Missiatto e Missiatto (2021, no prelo) apresentam uma discussão sobre a colonialidade do saber em pós-graduações *stricto sensu* no Brasil e sua performance excludente por meio da língua e linguagem. A crítica analisa os mecanismos pelos

quais muitas das pós-graduações na área de humanas e sociais executam processos seletivos que agem de modo totalmente excludente e opressivo, ativando e reativando a colonialidade do saber. Tais processos acabam por determinar a quem pertence o conhecimento, quem o deve produzir e quais são os discursos legitimizados. Os autores utilizaram como ilustração dois programas *stricto sensu* de instituições públicas na área de humanas e sociais cujas linhas de pesquisas, contraditoriamente, estavam voltadas ao estudo das desigualdades sociais, questões de ordem étnico-raciais e violação de direitos de grupos historicamente oprimidos. O que chama a atenção é que os referidos programas exigiam proficiência em várias línguas estrangeiras, em alguns casos italiano, alemão ou francês, para aprovação.

É interessante pensar o impacto do uso de línguas hegemônicas como critério de seleção em pós *stricto sensu*, uma vez que em nosso país a própria história social evidencia que a fluência em línguas internacionais é um privilégio de poucos. Ou seja, ao impor línguas estrangeiras como critério de aprovação, essas pós-graduações negam irrestritamente a inclusão de determinados grupos sociais e cooperam, mesmo sem pretensão direta, para obstrução ao acesso à educação de populações secularmente exploradas, construindo um paradoxo a ser enfrentado pelos próprios programas de pós-graduações em humanas e sociais.

Ainda nesse sentido, utilizamos como exemplo as revistas científicas, meios tradicionais de disseminação de conhecimentos produzidos pelas ciências em todo o mundo. É comum encontrar revistas científicas na área de humanidades e sociais que publicam apenas autores/autoras doutores/doutoras ou titulações menores que estejam acompanhadas por portadores de doutorado. Essas revistas em sua maioria classificadas com alta *qualis* desqualificam narrativas e discursos que são produzidos pelas “baixas-patentes” científicas, legitimando como saber científico apenas um grupo restrito de pesquisadores cujas identidades são brancas, cisheterossexuais, masculinas, oriundas do Sul e Sudeste brasileiro (ARTES; UNBEHAUM; SILVÉRIO, 2016). Ou seja, tais revistas científicas nas áreas de humanas e sociais operam cooperativamente com a colonialidade do saber manifesta nas pós-graduações brasileiras, clivando, legitimando e hegemonzando grupos tradicionais no trânsito dos saberes.

Outro retrato da crise das humanidades e sociais está na baixa participação de identidades historicamente dominadas na docência do ensino superior e pós-

graduações. As estatísticas mostram que em muitas universidades o exercício da docência por mulheres e homens negros, e indígenas, não chega a 2% (MARTINS, 2017). Tais dados evidenciam que as questões humanas e sociais que são discutidas na academia são geridas e determinadas por pessoas que não ocupam legitimamente o lugar histórico-social de fala das identidades subalternizadas.

Essas questões, brevemente apontadas aqui, importam porque revelam o ciclo vicioso da colonialidade do saber em que atua, em grande medida, as ciências humanas e sociais brasileiras: a) Legitima-se um tipo específico de discurso e saber científico por meio do controle dos trâfegos de conhecimento, vinculando, por exemplo, a titulação de doutorado à credibilidade do discurso acadêmico; b) Cliva-se quem deve ou não participar dos âmbitos de prestígio acadêmico, determinando quem será excluído e quem terá acesso aos meios de obtenção dos recursos de prestígio de fala científica, por exemplo, clivando por meio de línguas internacionais o acesso aos doutorados; c) Controla-se o pensamento e métodos científicos como um todo, restringindo as minorias sociais na docência do ensino superior, selecionando e ocultando dialeticamente os conteúdos e saberes difundidos na academia; d) Controla-se os meios de divulgação de conhecimento, reafirmando no poder de fala os grupos hegemônicos e contribuindo para o silenciamento dos grupos marginalizados. Fica assim evidente que a colonialidade do saber nas ciências sociais e humanas no Brasil funcionam como engrenagens ativas para exploração e dominação daqueles que figuram em seus discursos como objeto de desejo, sendo nesse contexto um verdadeiro paradoxo.

É certo que não há uma linearidade em todo esse processo e que a realidade em sua natureza concreta é muito mais complexa do que o exposto, mas é certo também que as ciências sociais e humanas, por estarem no mundo, por serem produzidas e sustentadas por pessoas que vivem no mundo, por serem elas mesmas o mundo, não poderiam deixar de ser afetadas pelos fatos da vida, tanto os agradáveis quanto pelos desagradáveis. As contingências que se aplicam às ciências sociais e humanas estão inscritas na ordem da vida moderna em que vigora hegemonicamente um modelo de ser humano e ser social que são tangenciados pelo neoliberalismo, articulado e disseminado pelo Norte-global. O que se presencia é a ideia única de uma sociedade que desde tempos coloniais vem sendo difundida, mesmo sob as

recorrentes constatações dos fracassos humanitários do capitalismo em desenvolver sociedades de bem-estar.

Conforme afirma Edgardo Lander:

Este é o contexto histórico-cultural do imaginário que impregna o ambiente intelectual no qual se dá a constituição das disciplinas das ciências sociais. Esta é a visão de mundo que fornece os pressupostos fundacionais de todo o edifício dos conhecimentos sociais modernos. Esta cosmovisão tem como eixo articulador central a ideia de *modernidade*, noção que captura complexamente quatro dimensões básicas: 1) a visão universal da história associada à ideia de progresso (a partir da qual se constrói a classificação e hierarquização de todos os povos, continentes e experiências históricas); 2) a “naturalização” tanto das relações sociais como da “natureza humana” da sociedade liberal-capitalista; 3) a naturalização ou ontologização das múltiplas separações próprias dessa sociedade; e 4) a necessária superioridade dos conhecimentos que essa sociedade produz “ciência” em relação a todos os outros conhecimentos (LANDER, 2005, p. 13).

Durante um bom tempo nossas ciências se detiveram a compreender e questionar o embate perdido entre as humanidades e o projeto capitalista liberal, dedicando minúsculo espaço em sua agenda de raciocínio, práticas materiais para pensar e desenvolver outro mundo com humanidades e sociedades alternativas. A carência de proposições não remediativas fermentou espaços oportunos para que avançasse sobre todos a corrosiva agenda de valores e ações ultraconservadoras que encalhou ainda mais o país no fosso dos preconceitos étnicos-raciais, de gênero e LGBTQIA+. O que se presencia atualmente com o avanço da pandemia de COVID-19 no Brasil, por exemplo, é um processo infundável de atrocidades perpetradas pela extrema direita que sinaliza que idealismos não são suficientes para compreender e transformar as realidades de desigualdades, aqui duramente sedimentadas. Todavia o ataque ao conservadorismo por si só não resolve o problema social e humano no qual estamos submersos. Não se trata meramente de exercer oposição epistemológica e filosófica ao ultraconservadorismo de Bolsonaro e companhia, quando o que se vê é o vigor de uma democracia que contempla como silenciosamente o genocídio histórico dos povos indígenas e negro, o assalto recorrente às terras dos povos originários, a intermitente e chancela à degradação do meio ambiente, a mercantilização da vida dos mais pobres e o descarte de pessoas assinaladas pelas normatividades coloniais como desprezíveis (MISSIATTO, 2021).

É como afirma Silvia Federici em *O ponto zero da revolução*:

Qual o futuro das ciências humanas e sociais no Brasil?

Um dos principais defeitos do movimento de mulheres tem sido a tendência de enfatizar demasiadamente o papel da consciência no contexto da mudança social, como se a escravidão fosse uma condição mental e a libertação pudesse ser alcançada por um ato de vontade (FEDERICI, 2019, p.17).

A intelectualidade por si só não pode salvar um país que se encontra arrasado por tamanhas desigualdades estruturais como o nosso. O problema das múltiplas violências aos quais estão sujeitas as populações marginalizadas transcende a ordem da razão, estão edificadas na carne da sociedade, sendo não menos que um revés concreto que reside na formação de uma democracia, nascida em terrenos da violência e exclusão, como bem destaca Mbembe em sua crítica às democracias modernas em *Políticas da inimizade*:

Desde suas origens, as democracias modernas mostram tolerância perante uma certa violência política, inclusivamente ilegal. Integrando em sua cultura formas de brutalidade levadas a cabo por uma série de instituições privadas agindo como mais-valia do Estado, sejam elas corpos francos, milícias, ou outras formas paramilitares ou corporativistas (MBEMBE, 2017, p. 33).

Portanto, a morte em massa dos pobres, idosos, negros e indígenas por COVID-19 não choca as lideranças institucionais, nem mesmo parte da população brasileira, pois o que se observa não é a inauguração do absurdo, mas seu aprofundamento, haja vista que negros, indígenas e outras minorias estão historicamente inscritas nos domínios da morte (NASCIMENTO, 1978; GONZALEZ, 198; MBEMBE, 2017; NASCIMENTO, 2019). Enfim, qualquer constatação pelas ciências humanas e sociais da atualidade dessas desigualdades e opressões, é mera prolixidade. O que o país demanda a longo tempo é um diálogo transformador a partir da ruptura definitiva das ciências com a colonialidade, partindo da radicalidade de uma decolonização de dentro para fora, provendo com isso abertura às epistemologias negligenciadas e, sobretudo, novas formas de organização e construção social.

Decolonizando as ciências humanas e sociais no Brasil

Não importa onde comece, mas é necessário começar ou mesmo seguir. Seja como for, necessitamos mais que nunca de um pensamento e postura crítica que sejam evidentemente nacionais e centrados nas realidades da América Latina, nos moldes propostos por Dussel (DUSSEL, 2012). Urge pôr em relevo o que não é

convencional, o que não foi revelado pelo pragmatismo científico. Isso exige audácia e coragem para desafiar o agora e suspender o tradicional. Para tanto, faz-se necessário ouvir o que dizem os que foram silenciados, andar e comer com aqueles que não foram meritocratzados, ou seja, fazer o caminho peculiar que se encontra escondido pelos escombros coloniais.

O futuro das ciências humanas e sociais no Brasil, e ousamos dizer, da América Latina, pode ser promissor se uma ruptura radical com os vícios intelectuais, comportamentais e ideológicos ancorados nas estruturas científicas do nosso país for efetivada. As instituições universitárias e os programas de ciências humanas e sociais necessitam de uma profunda redefinição do seu pensamento e suas estruturas. É preciso que as academias não apenas se abram para as identidades periferizadas, mas que refundem seu modo de ser questionando, a princípio, seu *modus operandi* e sua relação com o mundo para não perderem de vista a razão da sua existência. Isso implica em não amortecer ou esquecer nosso longo passado colonial, mas retomá-lo a partir de outros lugares e olhares.

Importa considerar que o sistema de saber que predomina nos âmbitos de formação científica no Brasil contemplou densamente a intelectualidade eurocêntrica, produzindo dialeticamente uma fratura no campo do conhecimento definido pelo estabelecimento de dois tipos de lados – um visível e outro oculto. Utilizamos como referência para essa discussão a noção de lado visível/iluminado e lado oculto do sistema colonial de gêneros desenvolvido por María Lugones em seu artigo *Colonialidade e gênero* (LUGONES, 2020). Lugones trabalha com a ideia de que o sistema de gênero moderno/colonial determinou como visível ou iluminado apenas a masculinidade cisheterossexual, fazendo dessa identidade uma norma. As demais identidades foram tensionadas ao lado não mostrado na modernidade/colonial, desenvolvendo-se na penumbra das relações e sistemas sociais. Para Lugones, a dicotomia homem/mulher, a heterossexualidade e o patriarcado foram inscritos nos cenários sociais, político, filosófico, artístico e cultural com visibilidade o suficiente para os hegemonizarem nas ideias, símbolos, discursos, valores, cultura, política, enfim, nas mais variadas formas de expressão humana. Ou seja, é o binarismo homem/mulher, a cisheterossexualidade e o patriarcado que se visualizam quando se percorrem os mais variados estratos que compõem as sociedades modernas. Por outro lado, as evidências desses padrões normativos implicam no reconhecimento

imediatamente da lacuna expressa pela ausência dos diferentes, dos outros, das pessoas não normatizadas, das vidas interditadas aos mesmos locais de manifestação coletiva em que os grupos hegemônicos mais do que acesso possuem, mas o completo controle e gerência desses territórios sociais.

Utilizamos analogamente a ideia de lado visível e oculto desenvolvido por Lugones por entender que, de modo equivalente, a colonização/colonialidade agiu e age na edificação do cânone científico que se encontra sustentado quase que exclusivamente no pensamento eurocêntrico e do Norte-global. É o que se observa em nossas academias, nos “centros de referência” mundial de produção de saber, nos lugares de prestígio para o desenvolvimento, disseminação e validação de conhecimento – a predominância de discursos, identidades e saberes dos grupos hegemônicos. O lado oculto se manifesta pela significativa ausência dos povos subalternizados no âmbito das ciências sociais e humanas no Brasil e não somente nas graduações, mas nos cargos de gerência de pesquisa, ensino e extensão, lugares em que a ciência é significativamente produzida. O fato de incluir cotas para acesso de populações subalternizadas às graduações e pós-graduações é importante, mas não é o suficiente, haja vista que esse é, na maioria das vezes, o primeiro passo para que uma pessoa seja incursa no universo da ciência, diante de tantos outros necessários.

Apesar de avanços como as cotas étnico-raciais e de gênero em graduações e pós-graduações, as populações minoritárias ainda sofrem com a insustentável situação de destituição da sua vitalidade cognitiva, expressa pelo modo com que são tratados pelas ciências sociais e humanas, quase que sempre como objeto de estudos. Não raro são, por exemplo, pesquisadores/pesquisadoras brancos/brancas, do Sul ou Sudeste brasileiro que estudam e publicam sobre as questões socioambientais, étnico-raciais e de gênero que se interseccionam na vida e nos corpos das populações que constituem as periferias do Brasil. Ao mesmo tempo, essas instituições resistem com vigor a uma incorporação mais profunda dos saberes e práticas articuladas e sustentadas pelas comunidades locais, manifesto pelos olhares das pessoas exploradas (SANTOS; NUNES; MENESES, 2004). Ou seja, o que vigora em muitos casos é um epistemicídio disfarçado dentro das ciências humanas e sociais, que enquanto discursam sobre as misérias do mundo e suas degradantes desigualdades executam internamente um projeto silencioso de

extermínio das diferenças por meio de estruturas de clivagem de identidades periféricas aos espaços acadêmicos, ambientes de natureza fundamentalmente científica, refletindo, com isso, na desqualificação dos saberes e linguagens não científicos.

Embora seja certo que o que se produz enquanto ciência é, de modo geral, válido para nosso amadurecimento social, a crise estrutural e epistemológica em que se encontram as ciências humanas e sociais não permite mais que o desprezo aos métodos alternativos e subjetivos do fazer científico vigore como uma expressão natural. Por mais proeminente que seja o saber das ciências, não há como privá-lo do escrutínio moral e ético do nosso tempo, tratando-o como se a razão fosse superior à realidade concreta expressa na cotidianidade das experiências do fazer científico. É preciso reativar permanentemente questionamentos sobre os meandros das ciências verificando não apenas a validade do conhecimento e sua utilidade, mas também toda a arquitetura que promove o conhecimento. Mesmo que esse processo de decolonização do saber seja complexo e de difícil execução, a bifurcação em que as sociedades contemporâneas se encontram – implementar mudanças para um futuro plural, sustentável e equânime ou assumir de modo impassível o trágico caminho da crise humanitária e ambiental já deflagrados pela pelo capitalismo – exige imediata resposta.

Em um interessante artigo de Ramón Grosfoguel, *A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI*, discute-se como o genocídio/epistemicídio contra muçulmanos e judeus na conquista de Al-Andalus, contra povos nativos na conquista das Américas, contra povos africanos e a escravização dos mesmos nas Américas e, finalmente, contra as mulheres europeias acusadas de bruxaria, implicaram nos privilégios epistêmicos do homem ocidental. Grosfoguel desenvolve ainda a ideia de que a construção desse privilégio da masculinidade nos campos do saber acabou por repercutir na hegemonia dentro das ciências sociais cujo pensamento dominante passa a ser aquele desenvolvido por homens de cinco países (França, Alemanha, Inglaterra, Estados Unidos e Itália):

Essas teorias sociais, baseadas nas experiências sócio-históricas dos cinco países, constituem a base teórica das ciências humanas nas universidades ocidentais dos dias de hoje. A outra face desse privilégio epistêmico é a inferioridade epistêmica. O privilégio

epistêmico e a inferioridade epistêmica são dois lados da mesma moeda. A moeda é chamada racismo/sexismo epistêmico (GROSFOGUEL, 2016, p. 27).

A superação a essa crise estabelecida pela hegemonia do pensamento norte-cêntrico dentro das ciências sociais é, segundo o autor, enfrentada, sobretudo, na decolonização das universidades. Para tanto, propõe três alternativas:

1. Reconhecimento do provincialismo e do racismo/sexismo epistêmico que constituem a estrutura fundamental resultante de um genocídio/epistemicídio implementado pelo projeto colonial e patriarcal do século XVI;
2. Rompimento com o universalismo em que um (“uni”) decide pelos outros, a saber, a epistemologia ocidental;
3. Encaminhamento da diversidade epistêmica para o cânone do pensamento, criando o pluralismo de sentidos e conceitos, em que a conversação interepistêmica, entre muitas tradições epistemológicas, produz novas redefinições para velhos conceitos e cria novos conceitos plurais com “muitos decidindo por muitos” (pluri-verso), em lugar de “um definir pelos outros” (uni-verso) (GROSFOGUEL, 2008, p. 46).

As proposições de Grosfoguel são pertinentes e interessantes para o Brasil e algo nesse sentido já se encontra em curso, trata-se do *Encontro dos Saberes*, projeto nascido no departamento de antropologia da Universidade de Brasília (UnB), em 2010, que consiste na inclusão de mestras e mestres dos povos tradicionais – quilombolas, indígenas, ribeirinhos e culturas populares tradicionais – como professores e professoras de disciplinas regulares dentro da universidade em mesma posição de autoridade com docentes doutores (CARVALHO, 2020).

O Encontro dos Saberes opera em muitos sentidos na decolonização das universidades e das ciências humanas e sociais, primeiro porque emerge no lado oculto da colonialidade do saber desocultando aquilo que ficou secularmente relegado ao silêncio, à zombaria e descrédito; segundo porque transcende a política de cotas para estudantes universitários, pois ao garantir espaço a docentes oriundos dos territórios não pertencidos pela academia favorece à integração entre conhecimento e experiência vivida daqueles que devidamente falam a partir do lugar dos historicamente explorados; terceiro porque reconhece o valor dos saberes, vivências e ideologias dos povos subalternizados, não destitui os grupos hegemônicos da credibilidade, mas garante que a pluralidade possa legitimamente dialogar com as normativas do saber, ampliando dialeticamente as diferentes cosmovisões e, por fim,

porque desmonta concretamente as estruturais coloniais em vista a novos lugares de reparação e promoção da equidade, tudo a partir da valorização da pluralidade.

Outra importante forma de decolonizar as ciências humanas está na refundação dos meios em quais circulam os saberes científicos. Quanto a isso, dois movimentos despontam com força: um diz respeito ao surgimento de revistas pluralistas não apenas voltadas aos temas de comum interesse das ciências humanas e sociais, mas radicalmente transformadas em seus procedimentos de seleção e disseminação dos saberes científicos; o outro refere-se à democratização dos debates acadêmicos por meio das redes sociais.

Como anteriormente discutido, as revistas científicas, principal veículo para trânsito e prestígio acadêmico, resguardam em suas estruturas os ranços do passado colonial reproduzindo maciçamente o pensamento norte-cêntrico, como apontado por Grosfoguel (2016). A exigência de doutorado para a publicação em um país em que negros e negras não chegam a 20% dos títulos de doutorado e que as populações indígenas sequer a 2% (ARTES; UNBEHAUM; SILVÉRIO, 2016) implica obviamente na interdição da presença dessas minorias nesses locais, selecionando-se, em últimas instâncias, quais as histórias, memórias, narrativas, ideologias, pensamentos e cosmovisões serão pertencidas nos espaços visíveis do saber e quais serão esquecidas (MISSIATTO; 2021).

Na linha de frente na luta contra essa realidade, vários departamentos de humanas e sociais têm construído espaços plurais para a disseminação do pensamento e saberes ocultados pelos sistemas moderno/colonial do saber por meio de revistas científicas amplamente decolonizadas. Essas revistas democratizam o acesso selecionando autores independente da titulação, o processo de aprovação dos textos feito às cegas garante rigor crítico sem a presunção de que o título acadêmico é o que confere legitimidade. Além disso, tais revistas têm demonstrado atenção especial às discussões eclodidas nas periferias do mundo, destacando temas antigos das ciências humanas e sociais, contudo sob o tratamento teórico e metodológico das interseccionalidades antes relegadas. Os resultados surpreendem pela grande quantidade de artigos recepcionados por essas revistas, o que sugere uma incrível quantidade e qualidade de saberes que se encontravam ocultos pela colonialidade do saber, derretendo por vez os argumentos que privilegiavam conhecimentos que

difícilmente se articulariam de modo efetivo com as realidades dos povos do Sul-global (GROSFOGUEL, 2016).

Outros meios de divulgação de conhecimento também vêm crescendo no país, é o caso das discussões acadêmicas de altíssimo nível transmitidas por redes sociais nas chamadas *lives* e *podcasts*. Desde a deflagração da pandemia da COVID-19 o mundo acadêmico precisou se reinventar e algumas mudanças já em curso foram aceleradas. Impedida de participar dos tradicionais congressos científicos, a comunidade acadêmica levou para as telas de celulares e computadores debates críticos de intensa qualidade e profundidade. O que antes era restrito a uma parcela pequena de estudiosos e estudiosas, muitos e muitas geograficamente situados no Sul e Sudeste brasileiro, chegou às várias regiões do país.

Exemplo disso são algumas e alguns cientistas humanos e sociais que se tornaram verdadeiros ícones nas redes sociais, como é o caso da antropóloga Lilia Schwarcz, que possui atualmente em seu Instagram mais de 300 mil seguidores e seguidoras, suas *lives* chegaram a ser visualizadas por cerca de 15 mil pessoas, um número evidentemente maior do que ela alcançaria em uma sala de aula ou em uma mesa-redonda em um congresso científico. Silvio Almeida, Djamila Ribeiro, Jones Manoel, Conceição Evaristo e Ailton Krenak são alguns nomes que se tornaram fenômenos nas redes sociais com contribuições que sedimentam rumos mais plurais para as ciências humanas e sociais.

Não só personalidades acadêmicas têm expandido a ciência para além de seus limites tradicionais, mas grupos organizados por acadêmicos/acadêmicas e docentes como as ligas acadêmicas estão desenvolvendo trabalho midiático com alto impacto em suas localidades. Exemplificamos com a Liga Acadêmica Temas Emergentes em Psicologia (LATEP), uma entidade organizada por estudantes de psicologia do sul de Rondônia, que tem construído uma pauta de discussão típica para sua localidade, colocando em relevo questões concernentes à Terra, às políticas de extermínio dos povos tradicionais, à vida e condições de existência dos povos amazônicos, enfim, estão levando ao debate público aquilo que transcende o olhar tradicional da grande mídia e das ciências humanas e sociais que tendem a desprestigiar o que não está nos centros dos saberes.

Podcast é outro veículo de comunicação em crescente uso pela comunidade científica. A título de exemplo utilizo o *podcast Filosofia Pop*, desenvolvido pelo

professor de filosofia da Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Marcos Carvalho Lopes, pelo cientista da comunicação, Murilo Ferraz, e pela atriz, Maria Elisa, graduada em artes cênicas. O *podcast* aborda temas variados em filosofia, com sensibilidade aos assuntos e demandas periféricos aos debates de centro. Personalidades como Hans Ulrich Gumbrecht, Arminda Fernando Filipe e Luis Kandjimbo são alguns dos muitos nomes que já foram convidados e convidadas para debates filosóficos. O modo como é desenvolvido o programa é em si mesmo uma forma de decolonização dos saberes filosóficos, artísticos e culturais, promovendo uma redefinição de conceitos e dissolvendo as fronteiras estabelecidas tradicionalmente entre margens e centro ao interseccionar assuntos comuns com várias epistemologias.

Tais iniciativas estão redefinindo as rotas dos saberes ao mesmo tempo em que subvertem os conhecimentos, legitimando o que não está expresso na academia, nos circuitos tradicionais de disseminação científica, nas rodas hegemônicas do saber. Tratam-se de iniciativas inovadoras que em sua própria razão decolonizam espaços e tensionam a academia, e por consequência, as ciências humanas e sociais, a novos padrões. Essas iniciativas são nada menos que uma resistência criativa em que não se contestam apenas os padrões, mas propõem-se e constroem-se novos lugares.

O futuro desponta para as ciências humanas e sociais como uma possibilidade de reinvenção. Pesquisadoras e pesquisadores nascidos nas margens do sistema moderno/colonial estão colocando em evidência a violência epistêmica produzida por nossas ciências que ainda operam, em grande medida, no discipulado do pensamento norte-cêntrico. A pluralização dos operadores e das operadoras da ciência é, nesse panorama, elemento essencial para a modificação da lógica de produção e disseminação de conhecimentos por meio das ciências. A presença por si só de pesquisadoras e pesquisadores indígenas, afrodescendentes e refugiados, por exemplo, nos locais de produção e difusão de saberes, não permite mais que conteúdos acadêmicos sejam desenvolvidos apenas pelas lentes da branquitude, cisheterossexual e do Norte-global, reivindicando cada vez mais dos programas de ensino a presença das intelectualidades das periferias do mundo.

O futuro consiste ainda no lançar-se para fora, ser-ciência-no-mundo, ou seja, não apenas ter interesse pelos fatos e questões de natureza humana e social, não

mais somente residir no espaço limitado pelos campos teóricos da investigação científica, mas envolver-se, entrelaçar-se com a sociedade e com o humano. Não há saber sem mundo, não há sujeito de saber sem o mundo da experiência. A decolonização do saber reside nessa articulação, nada especulativa, de uma fenomenologia das ciências humanas. Em *Fenomenologia da Percepção*, Merleau-Ponty afirma:

A ciência não tem e não terá jamais o mesmo sentido de ser que o mundo percebido, pela simples razão de que ela é uma determinação ou uma explicação dele. Eu sou não um "ser vivo" ou mesmo um "homem" ou mesmo "uma consciência", com todos os caracteres que a zoologia, a anatomia social ou a psicologia indutiva reconhecem a esses produtos da natureza ou da história — eu sou a fonte absoluta; minha experiência não provém de meus antecedentes, de meu ambiente físico e social, ela caminha em direção a eles e os sustenta, pois sou eu quem faz ser para mim (e, portanto ser no único sentido que a palavra possa ter para mim) essa tradição que escolho retomar, ou este horizonte cuja distância em relação a mim desmoronaria, visto que ela não lhe pertence como uma propriedade, se eu não estivesse lá para percorrê-la com o olhar. As representações científicas segundo as quais eu sou um momento do mundo são sempre ingênuas e hipócritas, porque elas subentendem, sem mencioná-la, essa outra visão, aquela da consciência, pela qual antes de tudo um mundo se dispõe em torno de mim e começa a existir para mim. Retornar às coisas mesmas é retornar a este mundo anterior ao conhecimento do qual o conhecimento sempre fala, e em relação ao qual toda determinação científica é abstrata, significativa e dependente, como a geografia em relação à paisagem — primeiramente nós aprendemos o que é uma floresta, um prado ou um riacho (MERLEAU-PONTY, 1999, p. 03-04).

O pensamento de Merleau-Ponty é uma inquietação de natureza monumental para o futuro das ciências, em especial as humanas e sociais. O conglomerado de teorias, distante da realidade vivida pelas pessoas, perde-se no horizonte da validade prática que a vida no mundo demanda. A tradição de um pensar explicativo que não contempla mais os contextos sociopolíticos, em que a cotidianidade é tecida por engrenagens que fazem sangrar os corpos e as almas de populações inteiras que foram historicamente determinadas a uma vida sub-humana, não devem mais ser tolerados. Hoje, o essencialismo não pertence apenas ao universo das ideias pouco elaboradas, as mais articuladas e complexas teorias podem ser facilmente assim enunciadas quando se mostram potencialmente frágeis para execução da transformação objetiva ou subjetiva do ser humano e da sociedade.

Uma ciência encarnada na realidade é transgressora em si mesma, pois se desenvolve no campo incômodo de não apenas pensar e operar no mundo, mas pensar e operar o si mesmo. Conforme Merleau- Ponty:

A verdade não "habita" apenas o "homem interior", ou, antes, não existe homem interior, o homem está no mundo, é no mundo que ele se conhece. Quando volto a mim a partir do dogmatismo do senso comum ou do dogmatismo da ciência, encontro não um foco de verdade intrínseca, mas um sujeito consagrado ao mundo (MERLEAU-PONTY, 1999, p. 06).

Assim sendo, os conhecimentos que as ciências humanas e sociais procuram encontram-se nas veias do mundo vivido e devem confluir para esse mesmo mundo. Para tanto, é impossível pensar uma ciência efetiva, em um mundo tão vasto e diverso, quando restrita a padrões hegemônicos. O mundo extrapola normativas desse gênero, qualquer defesa a esse respeito é presuntiva. As ciências humanas e sociais serão capazes de dar conta de ser presença no mundo se forem plurais como ele o é. De tal modo, urge a decolonização, pois o decolonizar exige que as ciências interseccionem saberes, dialoguem com os periféricos e desuniversalizem suas instituições.

Enfim, é nesse sentido que compreendemos a possibilidade de um pensar fenomenológico sobre as ciências humanas e sociais. Por entender que nosso caminho presente e futuro deve estar radicalmente localizado no mundo de fato, não restritamente no pensamento, mas na carne do tecido social. Todavia, para que isso ocorra, os espaços, saberes, procedimentos e diálogos científicos devem ser pluralizados, nos sentidos mais profundos daqueles suscitados por Dussel (2009; 2012), em que a pluralidade é a expressão máxima de um pensamento descentralizado e que o fazer científico encontra-se conjugado com o humano e a sociedade, não apenas pensando por eles ou sobre eles, mas entrelaçado neles, em seus movimentos, suas causas, suas práticas para, por fim, não apenas contestar o mundo presente, mas pensar efetivamente um outro lugar que seja, para todas e todos, melhor.

Considerações finais

As ciências humanas e sociais no Brasil resguardam em suas estruturas pensamentos, métodos e práticas que evidenciam seu passado longamente colonial.

Reflete nas ciências aquilo que Aníbal Quijano chamou de colonialidade do saber, em que se legitima como conhecimento verdadeiro apenas o que descende do pensamento hegemônico do Norte-global. Para um futuro sustentável das ciências humanas e sociais, a alternativa emerge de uma refundação delas mesmas, decolonizando-as para decolonizarem.

Este artigo discutiu o presente e o futuro das ciências humanas a partir de uma sustentação teórico-metodológica de natureza decolonial, cuja premissa considerada pelos autores é, também, a necessidade de um pensar e agir fenomenológico das ciências, ou seja, um olhar experiencial do fazer científico atinado ao mundo e ao sujeito que vive o mundo no ato do fazer científico. Apresentaram-se críticas às estruturas acadêmicas de formação de cientistas das áreas humanas e sociais e aos meios de produção e legitimação de conhecimento. Ao fim, demonstraram novas possibilidades que já se encontram em desenvolvimento no país, inspirando novos rumos às ciências humanas e sociais brasileiras.

Artigo recebido em 01 de abril de 2021

Aprovado para publicação em 09 de outubro de 2021

Referências

ÁGOAS, F. "História das ideias, história das ciências humanas e sociologia do conhecimento". **História, Ciências, Saúde**, v. 24, n. 02, Rio de Janeiro-RJ, 2017, pp. 465-482.

ALCOFF, L. M. "Uma epistemologia para a próxima revolução". **Revista Sociedade e Estado**, v. 31, n. 01, Brasília-DF, 2016, pp. 129-143.

ARTES, A.; UNBEHAUM, S.; SILVÉRIO, V. **Ações Afirmativas no Brasil: reflexões e desafios para a pós-graduação**. vol. 1. São Paulo: Cortez: Fundação Carlos Chagas, 2016. p. 288.

CARVALHO, J. J. Encontro dos Saberes e descolonização: para uma refundação étnica, racial e epistêmica das universidades brasileiras. In: BERNARDINO-COSTA, J.; MALDONADO-TORRES, N.; GROSGOUEL, R. (Orgs.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2020, pp. 79-106.

DUSSEL, E. Política de la liberación: arquetectónica. In: DUSSEL, E. (Org.). **Política de la liberación: história mundial y crítica**. Madri: Editorial Trotta, 2009.

DUSSEL, E. "Para um diálogo inter-filosófico, Sul-Sul". **Revista do Instituto Superior de Filosofia Berthier**, n. 41, Passo Fundo-RS, 2012, pp. 11-30.

FEDERICI, S. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. São Paulo: Elefante, 2019.

GONZALEZ, L. "Racismo e sexismo na cultura brasileira". **Revista Ciências Sociais Hoje**, São Paulo-SP, 1984, pp. 223-244.

GROSGOUEL, R. "Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global". **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v. 80, Lisboa-PT, 2008, pp. 115-147.

GROSGOUEL, R. "A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI". **Revista Sociedade e Estado**, v. 31, n. 01, Brasília-DF, 2016, pp. 25-49.

GUMBRECH, H. U. **El espíritu del mundo en Silicon Valley: Vivir y pensar el futuro**. Barcelona: Planeta, 2020.

LANDER, E. Ciências sociais: saberes coloniais e eurocêntricos. In: LANDER, E. (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas**. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005.

LUGONES, M. Colonialidade e gênero. In: HOLLANDA, H. B. de (Org.). **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020, pp. 52-83.

MARTINS, L. R. "Perfil racial dos docentes da USP analisa baixo índice de professores negros". **AUN - AGÊNCIA UNIVERSITÁRIA DE NOTÍCIAS**, São Paulo-SP, 23 mar. 2017. Disponível em: <https://paineira.usp.br/aun/index.php/2017/03/23/perfil-racial-dos-docentes-da-usp-analisa-baixo-indice-de-professores-negros/>. Acesso em: 20 mar. 2021.

MBEMBE, A. **Políticas da inimizade**. Lisboa: Antígona, 2017.

MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da percepção**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MISSIATTO, L. A. F. **Colonialidade normativa**. Curitiba: Appris, 2021.

MISSIATTO; L. A. F. "Memoricídio das populações negras no Brasil: atuação das políticas coloniais do esquecimento". **Revista Memória em Rede**, v. 13, n. 24, Pelotas-RS, 2021, pp. 252-273.

MISSIATTO, L. A. F; MISSIATTO, H. M. "A colonialidade do saber em pós-graduações stricto sensu: a emergência da decolonização das epistemologias do conhecimento". **Revista de Estudos Utilitaristas e Pós-Coloniais - REALIS**, Recife-PE, 2021. No prelo.

NASCIMENTO, A. **O Genocídio do Negro Brasileiro: processo de um racismo**

Qual o futuro das ciências humanas e sociais no Brasil?

mascarado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

NASCIMENTO, G. **Racismo linguístico: Os subterrâneos da linguagem e do racismo.** Belo Horizonte: Editora Letramento, 2019.

RAMOS, A. G. **Introdução crítica à sociologia brasileira.** Rio de Janeiro: Editorial Andes Limitada, 1957.

SANTOS, B. DE S.; NUNES, J. A.; MENESES, M. P. Para ampliar o cânone da ciência: a diversidade epistemológica do mundo. In: SANTOS, B. DE S. (Org.). **Semear outras soluções. Os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais.** Porto: Edições Afrontamento, 2004, s.p.